

## Apresentação – Literatura Hipermercado, hiperterrorismo, hipertexto

Ricardo Barberena<sup>1</sup>, Natasha Centenaro<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PUCRS). Coordena o GT da ANPOLL Literatura Brasileira Contemporânea. Coordena o Grupo de Pesquisa Limiares Comparatistas e Diásporas Disciplinares: Estudo de Paisagens Identitárias na Contemporaneidade. Membro do Grupo de Pesquisa do CNPq GELBC (Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea). Diretor do Instituto de Cultura da PUCRS.

E-mail: [ricardo.barberena@pucrs.br](mailto:ricardo.barberena@pucrs.br)

<sup>2</sup> Doutoranda em Letras – Teoria da Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), bolsista CNPq, com estágio de doutorado sanduíche na Sorbonne Université – Faculté des Lettres. Mestra em Letras – Escrita Criativa (PUCRS), bolsista Capes. Jornalista e escritora. Atualmente desenvolve pesquisa sobre a representação paterna na literatura brasileira contemporânea em interface com a Psicanálise.

E-mail: [natasha.centenaro@acad.pucrs.br](mailto:natasha.centenaro@acad.pucrs.br)

Hipermercado, hiperpotência, hiperterrorismo, hipertexto, hiperclasse, hiperconsumo. O que mais não é hiper? O que levará a contemporaneidade à potência superlativa? O que, paradoxalmente, terá deixado o indivíduo hipercontemporâneo numa condição mais frágil do que nunca. Em cruel contradição, vislumbra-se uma trágica existência catastrofista que deriva nos escombros da modernidade. Ao vivermos sob a égide do gigantismo hipernarcísico, buscamos satisfazer falsas sensações de fluidez e flexibilidade que celebrem o *aqui-agora*. A realidade parece estar superpovoada e asfixiada por temporalidades divergentes e tentaculares, alimentadas por um desejo de um “tudo já” e de um *just in time*. Do gozo à angústia, habitamos uma era do vazio na qual a sedução e a alienação caminham juntas face uma espécie de hedonismo individual. O ritmo hipermoderno desagrega questões humanas fundamentais, preconizando-se uma competição de falsas aptidões de transcendência e perenidade comercial. Comandado por um cinismo generalizado, o indivíduo procrastina frente às responsabilidades de valores democráticos.

Perante a incomunicabilidade contemporânea, parece impossível que não ocorra um questionamento referente ao conceito de fronteira. Dentro de uma releitura crítica, tal conceito não é mais associado unicamente à demarcação dos limites coesos da nação moderna, mas também é repensado como uma liminaridade interna contenciosa que promove um lugar do qual se fala sobre a minoria, o exilado, o marginal e o emergente. Nesse sentido, percebemos uma mudança no enfoque analítico: o conceito de fronteira, antes apenas concebido em relação a um espaço “exterior”, agora apresenta-se ligado à finitude interior do território nacional. Em consequência, podemos começar a pensar uma nação que se organiza através das diferenças existentes dentro do seu interior, em visível oposição ao funcionamento daquela antiga lógica da exterioridade que se sustentava pela busca dos contrastes entre duas ou mais culturas. Dito de outra forma, esta releitura crítica do conceito de fronteira procura desconstruir aquele signo da modernidade – a nação – que se encontrava pautado por um apagamento das diferenças culturais e por uma visão horizontal da sociedade. Daí a problematização, justamente, de um discurso nacional que se estrutura pela denominação de um povo em termos de um anonimato de indivíduos circunscritos à horizontalidade

espacial de uma comunidade [supostamente] hegemônica. Visto deste ângulo, a fronteira representa um lugar onde se articulam as diferenças culturais numa perspectiva de negação da naturalização da normalidade e da unicidade: um espaço não linear e descontínuo, que não coincide com a geografia.

Está posto então o desafio de coletivizar a diferença cultural sem que essa negociação possa ser confundida como uma forma de absolutizar a alteridade por intermédio de um aglomerado pluralista e apolítico. O que está em jogo não é um relativismo que oblitere as relações reais de poder em nome de uma noção nivelada de multiplicidade na qual todos se caracterizam como “outros”, pertencentes a um grupo subalterno qualquer. Quando nos referimos ao deslocamento dos imigrantes, estamos na verdade mencionando o remapeamento de um tradicional conceito de *nacional* que, enquanto formação cognitiva, baliza uma alegoria de coletividade homogênea. Antes de trivializar uma versão celebratória das diferenças, procura-se avaliar a *mobilidade* e a *não-fixidez* da migração das narrativas sociais e culturais que fornecem imagens, cenários, símbolos e histórias, representativas do sentimento imaginário de realidade compartilhada e coexistente. Daí o estabelecimento de um conjunto de significados e códigos que trabalham num campo imagético antes renegado ao esquecimento e ao distanciamento em relação aos valores oficiais de uma dada identidade. No interior deste saudável desconforto identitário, podemos começar a nos questionar onde acabam e onde iniciam as imagens com as quais devemos [ou podemos] nos identificar. Ao projetar uma outridade que não foi imaginada por determinadas representações tidas como *verdadeiramente* nacionais, os objetos culturais capacitam o reconhecimento de um poder simbólico também articulado em segmentos sociais à margem do *status quo* vigente.

Devemos, assim, começar a interrogar a continuidade progressista de um nacionalismo estreito que se articula sob as égides das exclusividades linguísticas, culturais e étnicas. Em termos práticos, é preciso potencializar a defesa de princípios acadêmicos pautados pela discussão acerca de solidariedades políticas multilíngues, multiconfessionais, multirraciais. Assim, acredita-se na precariedade do ato de unificar e *purificar* uma nação atravessada por múltiplas seitas religiosas, literaturas, tradições, danças, músicas, línguas. Além disso, o presente momento necessita que façamos uma avaliação sobre a mobilidade do remapeamento das identidades territoriais numa perspectiva de fluidez e flexibilidade das fronteiras nacionais: o antigo discurso universalista encapsulador está abalado por uma necessidade de transpor espaços totalizantes e por um diálogo articulado no limiar dos textos, das culturas, do tempo, dos símbolos.

Quanto aos artigos desta edição da Revista Letrônica, passemos a uma rápida introdução dos textos. No artigo “Aspectos hipermodernos no conto *O importado vermelho de noé*, de André Sant’anna”, Paulo Ricardo Moura da Silva recorre ao aporte teórico de Gilles Lipovetsky no tocante aos aspectos fundamentais da hipermodernidade. O diálogo entre o conto de André Sant’Anna e as discussões de Gilles Lipovetsky é articulado de modo a aproximar certos aspectos convergentes entre estes dois discursos, como, por exemplo, o consumo, a velocidade, bem como as ressignificações nas relações que os

indivíduos hipermodernos estabelecem com o tempo. Em “As memórias, o romance e os processos de leitura”, José Reinaldo Nonnenmacher Hilário e Ana Cláudia de Souza analisam alguns aspectos do romance *Leite derramado* (2009), de Chico Buarque. Os autores propõem uma reflexão crítica no que se refere aos desafios que este tipo de leitura impõe à memória do leitor, pois, ao longo do romance, Eulálio, um homem centenário, que vive em um hospital ou em alguma sorte de casa de cuidados para idosos, conta ao leitor sua vida.

O ensaio de Davi Silva Gonçalves, intitulado “‘É claro que sou feliz’: Uma análise da modernidade distópica de *Animal Farm* e *Fahrenheit 451*”, aborda utopias e distopias a partir das possibilidades distintas de futuro. Apesar dos textos estarem inseridos em seus devidos contextos, eles são também empoderados com a capacidade para dar forma à novos contextos – a literatura é informada e informa a realidade, operando como receptáculo e resposta à comoções sociais e políticas. Mesmo com diferentes propostas estéticas, *Animal Farm* (ORWELL, 1945) e *Fahrenheit 451* (BRADBURY, 1953) reagem aos epistemas com os quais nós, leitores, viemos equipados. Assim sendo, ambas novelas demonstram a possibilidade de aceitação e de subversão – isso quando estamos cientes de que a segunda opção é de fato factível. Abordando questões como a alienação dos sujeitos e a ausência de suas habilidades críticas para interagir socialmente de maneira frutífera em vistas de alterar sua condição, as duas narrativas nos dão indicações da arena política para a qual discursos literários podem ser trazidos. Afinal, pensar politicamente acerca de produções literárias pode até ser uma opção, mas o fato de que a literatura consiste, por si só, em uma instituição política não é.

Já em “Os autores modernos e contemporâneos: uma revisão histórica sobre o conceito de autoria no ocidente”, Helena Carvalhais Menezes evidencia como a obra contemporânea é aberta: um projeto infinito, espacial e temporalmente, amplamente difundido e escrito por múltiplos autores. Muitos teóricos consideram o que ficou conhecido como revolução da hipermídia um marco para a democratização da informação; os mais pessimistas chegam a vaticinar o fim do pensamento crítico e o desaparecimento do livro. No entanto, esta “revolução” não representa, de modo algum, uma ruptura completa do papel do leitor e do autor sobre o texto. A partir das obras de Michel Foucault e Roger Chartier, a autora busca discutir e analisar o conceito de autoria enquanto uma construção política e social, com um olhar voltado para a teoria de longa duração histórica. No ensaio “Criaturas de papel: a construção das personagens em duas obras de Arthur Schnitzler”, de Ana Maria Wertheimer, percebemos uma discussão crítica a respeito dos recursos utilizados pelo escritor austríaco Arthur Schnitzler (1862-1931) para a construção da personagem feminina na obra *Senhorita Else* (1924). Com base nas considerações acerca do fluxo de consciência feitas pelo crítico francês Michel Zérafra, para quem Schnitzler foi um dos autênticos precursores de Joyce e Faulkner, juntamente com o estudo de Antonio Candido sobre a concepção da personagem, o ensaio investiga as técnicas empregadas para a criação de Else: a protagonista que conduz a narrativa a partir de seu envolvimento nos fatos

que constituem o enredo da história. Não obstante o monólogo interior de Else ser bem mais intenso se comparado ao do tenente Wilhelm Kasda na novela *Spiel im Morgengrauen* (1926), obra posterior do mesmo autor, a narração de Else é ainda homogênea e unilateral, o que a difere dos fluxos de consciência de Molly Bloom ou de Quentin Compson.

O artigo de Alessandra Paula Rech, intitulado “A casa do sol e o imaginário do tempo: ocupação criativa do legado de Hilda Hilst”, resulta de uma pesquisa em andamento sobre o programa Residência Criativa, desenvolvido na Casa do Sol, onde viveu a escritora Hilda Hilst (1930-2004). A casa foi aberta para hospedagem ao público que se relaciona com sua obra (escritores, pesquisadores, artistas). O programa gera recursos para a manutenção do espaço, e possibilita a interação com o acervo, o compartilhamento de ideias e a continuidade da criação, em diálogo com sua memória. A abordagem do ensaio toma como ponto de partida as entrevistas com idealizadores e residentes, a fim de compreender a dimensão cultural da iniciativa, sua relevância e originalidade. Partindo do pressuposto que essa forma de ocupação do patrimônio se insere num imaginário característico da hipermodernidade, o artigo propõe o diálogo entre Lipovestky e Michel Maffesoli, em que pesem consonâncias e dissonâncias. O referencial teórico, transdisciplinar, abarca, ainda, Bachelard, Duarte e Gastal, entre outros. O ensaio “O vazio da cidade e os afetos dos lugares em poema sujo de Ferreira Gullar”, de Silvana Maria Pantoja dos Santos, analisa a relação entre homem e cidade com ênfase nos espaços de referência na obra *Poema sujo*, de Ferreira Gullar. Para tanto, o artigo leva em conta a distância temporal entre o contexto da cidade provinciana, das vivências do sujeito poético, e o da urbe remodelada pelo progresso. Nessa conjuntura, a cidade passou a ser marcada pela visão fragmentada e por formas diferentes de convivência: os fios da rede de relações, ancorados no espírito coletivo se desprenderam, gerando, no contexto urbano, desenraizamento, perda de referência, individualização e esfacelamento da memória. É nesse contexto de fluidez, de valorização do efêmero, cuja regra é a rapidez e tudo parece descartável, que a cidade se molda. As rupturas se desdobram em desmedidos deslocamentos, lacunas e desamparos.

Por fim, nessa rápida apresentação, é preciso deixar evidente a conexão entre hipermodernidade e trauma. Seríamos então vítimas de um tempo que carece de uma ética da memória? O regime “traumático” aponta justamente para esses *buracos do trauma* nos quais é possível representar uma trama (des)traumatizada. Ao pensar o trauma como nódoa de um sujeito contemporâneo, desestabilizamos a própria noção do que seria a verdade. Submetido aos ataques de um mundo exterior e interior, o indivíduo fragmenta-se em constelações narrativas e confessionais que traduzem versões parciais de uma trama identitária. Nesse sentido, não há como ignorar incursões de políticas pós-traumáticas que buscam a edificação de um tempo sem espera, aspirando-se uma panaceia do agora. Assumir a natureza traumática da história implica necessariamente em admitir que os eventos são históricos na medida em que eles afetam alteridades. Assim sendo, a história como trauma nunca é apenas a nossa, mas, sim, um ir-em-direção-ao-outro.